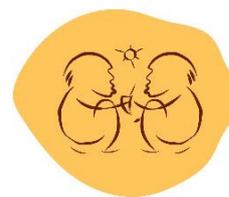


Economia Política: uma Ciência Histórica¹



Pedro de Alcântara Figueira²

Marx, que entendeu, como poucos, o verdadeiro significado da ciência econômica clássica, dizia que os economistas políticos foram os historiadores de uma fase histórica. É verdade, também, que foram historiadores que participaram ativamente dos acontecimentos de uma época de grandes transformações. Bastaria citar algumas das revoluções que marcaram o período em que viveram e escreveram os economistas clássicos: a revolução inglesa, que pode ser identificada como tendo dado início à época capitalista na Inglaterra, a Revolução Industrial, a guerra de Independência dos Estados Unidos, que foi muito mais do que apenas uma revolução que criou uma nação autônoma, e, finalmente, a Revolução Francesa. Todas essas profundas transformações nos hábitos, nos costumes, nas formas de governo, nas relações políticas e sociais, nas relações comerciais, e, sobretudo, no modo de produzir a riqueza material, encontram-se registradas, de maneira excepcionalmente profunda, nas obras dos principais economistas políticos. Não seria demais dizer que o registro que fizeram desta época de profundas transformações no modo de vida de povos inteiros não é somente um puro relato do que estava acontecendo. Ao contrário disto, suas obras são marcadas pela aberta declaração de preferência pelas forças sociais que tinham feito de sua existência uma guerra contra a manutenção dos absurdos em que se convertera o modo de vida aristocrático.

Escocês de nascimento, mas inglês para todos os efeitos, Adam Smith, por perceber que a pujança capitalista americana tinha muito a ver com as ideias de liberdade econômica e comercial que defendia, é claramente simpático à independência americana,

¹ Texto produzido em 2007. Sua versão em italiano foi publicada na revista **La Contraddizione**, n. 121, out./dez. 2007, p. 78-87.

² Doutor em História pela UNESP, campus de Assis. Professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.

mesmo que isto significasse um golpe de morte, ou por isto mesmo, em certos interesses ingleses.

Ao usar as expressões Economistas Políticos ou Economistas Clássicos, queremos fazer uma clara distinção entre o que eles de fato foram, a época em que atuaram, a natureza dos acontecimentos e das transformações que povoaram os seus escritos, muitas vezes verdadeiras obras-primas, e o que são, em nossos dias, os economistas. Talvez seja necessário lembrar que os grandes pensadores são geniais - e muitos dos economistas clássicos foram pensadores de primeira grandeza -, não porque expliquem a essência imutável e eterna da natureza humana, mas exatamente porque são capazes de dar uma contribuição à compreensão da época histórica em que viveram e indicar quais as mudanças necessárias ao melhor convívio social.

Se há, portanto, algo que defina com suficiente clareza a diferença entre a economia clássica e a economia é exatamente o fato de que aquela estava intimamente ligada a profundas transformações nos destinos da humanidade, capazes, como profetizava Marx, de desencadear forças incontíveis. A segunda, ao contrário, se alimenta da conservação do status quo. Quer, ao contrário, conter as forças às quais Marx se referia. Os economistas não são, para a nossa época, essencialmente diferentes daquilo que foram aqueles que se opunham aos propósitos revolucionários dos economistas políticos e defendiam a eternidade da servidão, o poder divino das monarquias, e consideravam a sociedade feudal o melhor dos mundos possíveis.

Ao apontar aquilo que seria a melhor política a ser seguida pelos governantes, os economistas clássicos estavam fazendo a crítica mais profunda que novas forças sociais podem fazer contra uma época cujos defensores só conseguiam esgrimir argumentos conservadores e catastróficos. É sabido que os representantes das classes que se sentem ameaçadas pelo desenvolvimento histórico façam do catastrofismo apocalíptico o fundamento de suas ideias comprometidas com a manutenção dos privilégios daquelas camadas da sociedade que se beneficiaram por um longo período com a exploração do trabalho alheio.

A eliminação da exploração do trabalho alheio como fonte única de enriquecimento não constituiu, de modo algum, elemento significativo da lógica que estava na base do pensamento dos Economistas Políticos. Digo “lógica”, porque a história, que é aquela que constrói as lógicas humanas, não havia ainda criado os fundamentos sociais que permitissem formular cientificamente a possibilidade da eliminação das classes sociais como necessidade do desenvolvimento histórico. Isto não significa que, por força mesmo do caráter dos embates que esta época trava contra a desordem feudal, desde muito

cedo, desde o ano de 1516, um genial pensador inglês, Thomas Morus, não tenha dispensado a participação dos ricos na produção da riqueza. Não significa também que em vários momentos as ideias desenvolvidas pelos Economistas Políticos não tenham esbarrado em questões, digamos espinhosas, para que pudessem sustentar, sem titubeios, os seus princípios. As grandes obras que compõem o universo propriamente dito da Economia Clássica e que formam o substrato do pensamento da época moderna, até 1817, quando Ricardo publica os seus **Princípios de Economia Política e Tributação**, aventam questões insolúveis para a ordem capitalista que propugnavam como aquela que seria capaz de gerar o máximo de felicidade para os homens.

Mesmo a utópica divisão do trabalho de Adam Smith (1996) acabaria por inundar em pouco tempo o mundo de alfinetes se os que os produziam não precisassem trocar o produto do seu trabalho por comida, roupa e habitação. Mas mesmo a tosca divisão do trabalho tão exaltada por Adam Smith já continha um elemento revolucionário que apontava como resultado uma abundância ilimitada capaz de liberar o trabalhador das carências e necessidades que as classes dominantes são mestras em lhe impor. Este, na verdade, é o nó da questão que se apresentou em todos os momentos em que a sociedade humana passou por transformações profundas capazes de sacudir e abalar todas as suas estruturas, as da produção, em primeiro lugar, e que significou sobretudo um imenso desafio à manutenção das classes sociais existentes. A Economia Política é, pelas razões históricas que a fizeram surgir e se impor, uma ciência revolucionária, mas o grito que ela fez ecoar por toda a Europa e pelo mundo já trazia consigo, em seu nascedouro, um travo que a acompanhou até o momento em que os seus apelos, levados até as últimas consequências, não serviam mais para sustentar e legitimar a propriedade capitalista dos meios de produção. Sua falência como corpo de ideias que contribuiu, um dia, para subverter e fazer ir pelos ares as velhas estruturas de produção feudais, juntamente com todo o seu aparato ideológico, e estabelecer o império da burguesia, não nos deve levar a tratar a Economia Política como uma ciência a serviço de interesses escusos. Nenhuma ciência, por ser um fato humano como outro qualquer, consegue se desvencilhar da realidade que lhe dá existência. As religiões têm alimentado essa pretensão, mas a história tem sido implacável com todos os códigos morais, eles duram o que duram os homens que os inventaram.

Embora creiamos já ter expresso suficientemente o que é a linha divisória que separa irremediavelmente o economista dos Economistas Clássicos, isto não significa que tenhamos esgotado toda a gama de equívocos em que andam mergulhados os que fazem dessa profissão seu modo de ser, de pensar, de nos torturar e provocar verdadeiras

indigestões em quem se habilita, às vezes levado por um sentimento piedoso, a entendê-los. Dizer que os da profissão não têm nada de sério e verdadeiro a nos transmitir pode não servir para caracterizar a todos, mas que a inutilidade do que proclamam e trombeteiam nos faz pensar naqueles sábios que Erasmo tão bem retratou em seu Elogio da Loucura e Rabelais tratou como insanos, disso não temos qualquer dúvida.

Uma prova a mais apenas, talvez que esta fique acima de qualquer suspeita, diz respeito ao ponto de partida que era comum a todos os economistas políticos, e que de fato é o que lhes permite tratar a economia cientificamente, ou seja, o trabalho. Se há algo que não poderia ser estranho à Economia Política, e que, muito pelo contrário, é essencial ao seu status de ciência, é ter considerado o trabalho, quantitativa e qualitativamente, como o fundamento capaz de explicar, em última instância, a natureza da sociedade. Seria de estranhar que os economistas políticos não definissem o capital como trabalho acumulado, ou que, mesmo que não chegassem à perfeição da fórmula ricardiana, o certo é que distante dela jamais poderiam ficar.

Se alguém se perguntar a respeito do ponto de partida dos economistas atuais, ao certo talvez ninguém conseguisse obter uma resposta convincente. De uma coisa temos certeza, eles não sabem ao certo qual o lugar que destinariam ao trabalho. Admitir que capital é trabalho acumulado, com toda certeza diriam que pensar assim é coisa de comunista ou daqueles que não sabem o trabalho que dá para alguém se tornar capitalista.

Como não poderia deixar de ser, os Economistas Políticos muito cedo chegaram a entender que a sociedade era composta de classes sociais. Se os cursos de economia atualmente existentes no mundo capitalista redigissem um estatuto com os princípios que regem o seu funcionamento, muito provavelmente em apenas dois artigos resumiriam toda a sua filosofia: 1º trabalho? Isto não é um assunto sério; 2º classes sociais? Menos ainda.

Mas por que será que os Economistas Políticos tiveram a necessidade, de tratar de um assunto que os economistas nem sabem onde caberia em seus tratados de economia?

Quesnay (1969), Adam Smith (1996), e Ricardo (1996), começam os seus tratados econômicos falando das classes sociais. Os papéis que elas desempenham na sociedade, melhor dizendo, na produção da riqueza social parece ser a preocupação maior dos seus tratados. Por que acontece assim?

Vou tentar dar uma resposta que vai diretamente ao cerne da questão e que não dispensa, ao leitor, ter a experiência que tivemos lendo os autores que acabamos de mencionar. Nesta questão, como naquela que diz respeito ao papel que os Economistas Políticos reservam ao trabalho como explicação dos fenômenos sociais, está o propósito declarado de substituir as classes, e as organizações de classe, que vinham do mundo feudal por novas classes: a dos capitalistas, a dos trabalhadores assalariados e a dos arrendatários de terras. É nestas formas concretas que os Economistas Políticos vêem e concebem os homens reais que subverterão a ordem antiga. É necessário que assim seja? Sim, não poderia ser diferente, porque quem sustentava o monarca de direito divino e tornava uma qualquer mercadoria mais cara do que poderia ser era uma classe social que vivia das manobras em perpetuar tal estado de coisas. A esta classe, a Economia Política não tinha senão a burguesia e seu desejo de poder a contrapor. Classes contra classes, novas classes contra velhas classes, eis no que poderia se resumir toda a história que viu nascer a Economia Política, ciência dos inconformados com o destino a que a humanidade estava ameaçada caso continuasse a ser governada pela igreja católica, pela nobreza, por condes e viscondes, por monarcas, príncipes e todo o cortejo de parasitas que todo modo de produção produz quando o desperdício e a destruição de riquezas passam a ser considerados coisa natural.

Voltemos, rapidamente, aos primórdios dessa ciência.

Primeiro ponto a ser considerado: *o homem tem em si mesmo a sua propriedade*. Pode parecer estranho que alguém pensasse uma coisa tão pouco clara como essa. O pensador que formulou tal estranheza foi Locke, cidadão inglês. Se alguém quiser entender a astúcia que foi necessária à burguesia para inventar um caminho que pusesse de escanteio a aristocracia, a classe social dominante de então, recomendo que leia o capítulo “A Propriedade” que compõe o seu **Segundo Tratado sobre o Governo Civil** (LOCKE, 1998). O leitor verá, ali, que propriedade é, também, trabalho acumulado.

Apenas um lembrete para um assunto que trataremos mais tarde: os Economistas Políticos não dizem, e não poderiam ter dito, que o trabalho acumulado que se converte em capital ou em propriedade não é o trabalho nem do capitalista, nem do proprietário. Mas embora não fosse esta a tarefa deles, não foram poucos os que chegaram a esta conclusão, conquanto muito frequentemente não tivessem outra reação senão lamentar que o destino assim tivesse disposto os homens e as coisas.

Voltemos, no entanto, a Locke e às suas poderosas ideias, pois elas estão na base de praticamente tudo o que a versão inglesa da Economia Política desenvolveu posteriormente. O referido tratado de Locke é de 1690, data muito importante para o entendimento da história moderna, pois então se define com toda a clareza que o tão decantado direito divino de propriedade, base de sustentação do feudalismo, terreno em que a igreja católica se esmerou para construir um império eterno, ruía diante de uma prosaica definição. Onde aquele direito sustentava que só os escolhidos, aqueles que não suportavam sequer ouvir a vil palavra “trabalho”, podiam ser detentores da propriedade, gozar as benesses que a riqueza provê, Locke, impávido colosso, decreta uma outra verdade em tudo diferente daquela que Deus tinha sancionado. Não podemos, neste ponto, prescindir de ouvir atentamente o que o próprio Locke diz, pois a breve passagem que aqui vamos reproduzir talvez seja a representação mais completa do que significa o momento exato em que uma proposição nova de convivência entre os homens ergue a sua voz:

Embora a Terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma *propriedade* em sua própria *pessoa*. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O *trabalho* de seu corpo e a *obra* de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele. (LOCKE, 1998, p. 407-9)

Verdadeiro grito de guerra da burguesia contra os senhores feudais. A própria burguesia dirá que este era um grito de guerra da humanidade e da razão contra as iniquidades sociais. Admitamos que sim. Cada época fala do modo que lhe é peculiar dizer as suas verdades, e estas têm que receber a chancela dos interesses universais para poderem ser sancionadas como tais. Mas a verdade é que foi preciso muito mais coisa para convencer as classes feudais de que a verdade divina nem sempre merece total respeito. Não é raro que os interesses se sobreponham a ela. E este “muito mais coisa” foi uma época inteira de revoluções e transformações radicais que solaparam inteiramente a base sobre a qual se assentou a sociedade feudal.

A Economia Política, enquanto corpo teórico, é parte integrante, melhor dizendo, é filha dessas revoluções e dessas transformações. Quem não viveu nesses séculos de repressão às ideias novas por certo terá dificuldade de alcançar todo o significado de uma atitude de rompimento com os donos das ideias e do pensamento. Darwin diz que “só na Espanha, alguns dos melhores homens - aqueles que duvidam e questionam, e sem que haja dúvida não pode haver progresso - foram eliminados, durante três séculos, numa média de mil por ano”. (DARWIN, 1978, p. 147). Boa alma que era, Darwin tenta nos confortar com o saldo que restou deste crime hediondo cometido pela Igreja Católica. Mas a verdade é que, embora tenha sido incalculável o progresso havido apesar dos

massacres cometidos pela Santa Inquisição, talvez não seja fácil calcular os danos causados à humanidade pela igreja. O estado de impotência a que foram reduzidos Portugal e Espanha talvez possa ajudar a fazer a conta e saber qual foi o saldo que restou.

Portanto, tornar-se economista político não era uma decisão que se tomava como, em nossos dias, se toma ao frequentar um curso de economia, fazer mestrado, doutoramento, pós isto, pós aquilo. Esta prática era comum àqueles contra os quais a Santa Inquisição não tinha nenhuma suspeita. Antonio Vieira (1952), que dispunha de um belo arsenal de ideias econômicas, que ainda hoje podem ser lidas com grande proveito, esteve a ponto de ir para o céu muito antes de ser chamado pelo todo-poderoso.

Se de profissão falarmos, em se tratando dos economistas políticos, surpresa seria pouco se ficássemos sabendo que nenhum deles ficou conhecido e se tornou famoso mercê dos seus dotes profissionais. Pouco importa saber que Quesnay era médico. Adam Smith foi professor de lógica, escreveu sobre astronomia, literatura, jurisprudência, moral, gramática e sobre tudo aquilo que se referia à realidade da época em que viveu. Espíritos universais que foram, os economistas políticos, e tomo o caso de Adam Smith apenas para exemplificar a questão, não escreveu sobre astronomia ao modo dos astrônomos, sobre jurisprudência como um jurisconsulto, sobre literatura como um professor da Sorbonne ou de Cambridge e, finalmente, sobre a riqueza das nações ignorando que ela é feita daquela parte não remunerada do trabalho da classe trabalhadora, que, enquanto salário apenas recebe uma parte daquilo que produz. Mas não foi esta a questão que coube a Adam Smith destrinchar. A história teve que esperar quase um século para que a revelação da natureza da riqueza capitalista fosse desvendada em toda a sua complexidade. Mas aqui o nosso assunto são os economistas políticos. Marx é outra história.

Não foram somente aqueles que encontramos arrolados num manual de história do pensamento econômico os que escreveram, nos séculos XVII, XVIII e XIX, sobre população, crescimento populacional, miséria, riqueza, comércio, trabalho, classes sociais, troca, dinheiro, manufaturas, divisão do trabalho, bancos, indústria, situação de miséria da classe trabalhadora, exploração do trabalho, trabalho infantil, jornada de trabalho, acumulação, produtividade do trabalho, salários, máquinas, valor, tempo de trabalho e valor, circulação, manutenção dos trabalhadores em estado permanente de indigência, e muitos eteceteras a mais.

Todos aqueles pensadores que se envolveram, de uma maneira ou de outra, com o profundo processo de transformação em andamento nesses séculos foram naturalmente

levados a tratar das questões propriamente econômicas, e entre elas sobrelevava a reorganização da produção em bases totalmente diferentes das que então predominavam. Podemos denominar esta última de a questão suprema, e é para ela que se voltam todos aqueles para os quais a subversão da ordem estabelecida é o único caminho que resta a percorrer. Esta é uma época em que as prisões andavam cheias daqueles que em língua inglesa se denominou de não-conformistas. A Santa Inquisição, sobretudo, andava à espreita para eliminar, na fogueira ou por outros meios, todos aqueles que tentavam respirar outros ares. A perseguição não fazia distinção entre aqueles que tratavam de assuntos políticos ou religiosos, fizessem anatomia ou escrevessem sobre o movimento dos astros. Não podemos esquecer, sob pena de passar um atestado de ignorância sobre o conteúdo da guerra que lavrava na base mesma da sociedade, que a proposição de transformar a massa trabalhadora, os servos, em trabalhadores livres era um ato considerado herético. Para a Igreja católica, convertidos em trabalhadores livres, os ex-servos se transformariam em ovelhas desgarradas do rebanho. Mais comprometida com os senhores do que com o Senhor, ela se mostrou impotente para conter a revolução que tomou conta de toda a Europa e parte da América. Assaltados por todos os lados, os dogmas vigentes tiveram que dar lugar a outros dogmas. Livres dos antigos donos, que faziam das suas necessidades a obrigação da submissão ao trabalho, os novos trabalhadores ficaram entregues à sua própria sorte. Livres da servidão, mas agora escravos da necessidade, os trabalhadores se submeteram espontaneamente ao comando daqueles que podiam pagar-lhes um salário, ou seja, a sua subsistência. Para o novo trabalhador não bastava a velha igreja. Tornou-se necessário inventar uma nova igreja, uma religião preparada para exaltar as qualidades individuais, virtudes inimagináveis sob a servidão.

O trabalhador que assim nasce é a alma da Economia Política, e seu corpo, segundo esta ciência, é capaz de produzir mais e mais barato. Não é um puro acaso nem um lance de genialidade científica que levam a Economia Política a descobrir que o valor de uma mercadoria depende da quantidade de trabalho que ela contém. O caminho que ela persegue, que é o da classe que ela representava, é o da redução da quantidade de trabalho necessário à produção de uma qualquer mercadoria, portanto, a obtenção de um produto mais barato. Este caminho leva-a a um resultado científico: o valor de uma mercadoria se mede pelo tempo de trabalho nela contido. Muito cedo a Economia Política sentiu necessidade desse resultado, pois com ele passou a dispor de um argumento irrefutável, de uma verdade facilmente comprovável na prática.

Por este caminho, pois este é a via principal, a Economia Política chega à exaltação do trabalho livre, ou, melhor dizendo, entra na luta pela libertação do trabalhador de todas as peias que o agrilhoavam aos interesses feudais. Este é seu lado subversivo. Quando Turgot (1766), então ministro de Luís XVI, monarca francês, decreta a abolição das Jurandas, a aristocracia francesa, reunida pelo rei para referendar o ato do seu ministro, adverte ao monarca que ali começava o seu fim. O que são as Jurandas? Uma das formas do trabalho servil. A sua abolição é a imediata conversão ao reino da necessidade de milhares de trabalhadores. A aristocracia francesa sabia o que estava dizendo ao advertir ao rei, mas a verdade é que a sua sabedoria já não tinha grande préstimo para a nova realidade que nascia.

Os novos sábios são agora aqueles que sabem que o novo trabalhador receberá uma remuneração pelo seu trabalho que lhe permitirá continuar a ser um trabalhador, e sabem também que esta nova forma do trabalho produz uma riqueza muito maior do que produzia a antiga forma. Por esta razão é que a pesquisa sobre as causas e natureza da riqueza das nações leva a um estudo profundo dos poderes do trabalho sob a sua nova organização. Por isso mesmo é que o processo de acumulação do capital centraliza boa parte das atenções. A Economia Política atinge, então, a sua fase de maturidade, e agora o assunto são os interesses da classe burguesa. Difícil é dizer que os interesses dessa classe se identificam com os interesses dos trabalhadores. Em 1830 já se dizia na Inglaterra “que os lucros sobem quando os salários caem, caem quando os salários sobem, e que a prosperidade do capitalista só é compatível com a miséria do trabalhador” (WAKEFIELD, 1967, p. 252)

Afirmar tal coisa, além de extremamente contundente e totalmente certo, não significava, ainda, fazer da miséria do trabalhador a contrapartida necessária da “prosperidade do capitalista”. A necessidade de explicar o capitalismo tomando a miséria como a questão principal só veio um terço de século mais tarde. Mas chegou com uma força irresistível. Neste assunto, começou a faltar à Economia Política um argumento de peso. Uma das pernas da ciência econômica começou a fraquejar.

Duas vertentes se abriram, então - terceira década do século dezenove - para que se pudesse tentar resolver o dilema. A primeira seria explicar a pobreza ao modo dos senhores feudais e da Igreja e entregar a solução do problema às proezas divinas. A segunda seria admitir que havia uma questão que teimava em confundir todos os cálculos e raciocínios, capaz, portanto, de subverter os fundamentos sobre os quais assentavam os princípios daquela ciência. Não foram poucas as tentativas de salvar uma ciência que tinha demonstrado o seu poder de arregimentar forças em nome do progresso e que

acompanhou, de perto, todas as fases de um período histórico em que a palavra revolução fazia parte do cotidiano de todas as classes. Mesmo mantendo-se estritamente dentro do campo daquela ciência, Ricardo, o colossal defensor do cumprimento das leis capitalistas por parte dos capitalistas, não deixou de esbarrar com dificuldades que a teoria não conseguia mais resolver. Muitos outros, exatamente por bater na mesma tecla que Ricardo, talvez tenham revelado insuficiências estruturais de uma ciência que parecia estar chegando ao fim.

De um lado, parecia mesmo impossível que, enquanto tal, a ciência econômica clássica fosse pedir socorro aos poderes divinos. Toda a sua trajetória tinha sido um afastamento radical dos dogmas religiosos, por ela tratados como obstáculos ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Mas não podemos esquecer que existem, além dos científicos, muitos outros meios de explicar, ou, no caso, justificar, a existência e a permanência de certas estruturas sociais, tratadas, quando falham os argumentos racionais, como “o melhor dos mundos possíveis”. Os feudais assim argumentaram quando a sua ciência, a da propriedade de direito divino, começou a se esfacelar diante da proposição burguesa do “menor preço”. Mas este acabou fazendo a caveira da burguesia quando se revelou que o “menor preço” podia significar, também, e sobretudo, redução do tempo de trabalho. Vamos parar por aí, bradaram os capitalistas em uníssono. Não removemos a montanha feudal, não fizemos guerras intermináveis, revoluções que ameaçaram até os céus, não mandamos para a guilhotina reis e nobres e para a forca milhões de cidadãos, não pusemos Napoleão a cavalgar o seu belo cavalo branco pelas estepes russas, para, finalmente, implantar a igualdade entre os homens.

No entanto, não foi possível manter os princípios científicos se, para chegar ao “menor preço”, era preciso reduzir à mais abjeta miséria os próprios compatriotas, tratados como hilotas e inimigos, e explorar o trabalho de crianças, iguais em idade às que vemos hoje ainda, aí pelas ruas, praças, parques e shoppings, com uma chupeta na boca e pedindo colo a seus pais.

Apesar de colher os benefícios do “menor preço”, Ricardo, que juntou uma boa fortuna como corretor de bolsa, não escapou à maledicência dos que se tomaram de dores em defesa dos capitalistas: foi tachado de comunista. Almeida Garret, cujas ideias comunistas talvez tenham passado despercebidas, não deixou de notar que a Economia Política já estava passada. Atentemos para o que ele observa:

E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico? Que lho digam no Parlamento inglês, onde, depois

de tantas comissões de inquérito, já deve de andar orçado o número de almas que é preciso vender ao Diabo, o número de corpos que se têm de entregar antes do tempo ao cemitério para fazer um tecelão rico e fidalgo como sir Roberto Peel, um mineiro, um banqueiro, um granjeiro - seja o que for: cada homem rico, abastado, custa centos de infelizes, de miseráveis. (GARRET, 1846, p. 36-7)

Assaltada por todos os lados por uma realidade que teimava em escapar ao seu controle científico, a Economia Política não teve forças para acompanhar os novos lances da história que iam se desdobrando à sua revelia. Curiosamente, para vender, com sucesso, tantas almas ao Diabo, os capitalistas foram buscar no baú da Idade Média os argumentos de que precisavam para convencer o povo, sobretudo a classe trabalhadora, de que o seu reino continuava a ser aquele que ela deveria conquistar por suas ações piedosas. Nascia, enfim, a filosofia do “operário padrão”, boa alma para a qual os céus estavam abertos. Da Economia Política propriamente dita - que Almeida Garret chama de “grandíssima tola” - ficou apenas o surrado refrão, sabedoria de almanaque: “o progresso exige sacrifícios”. (GARRET, 1992, p. 36-37)

Referências

DARWIN, Charles. The descent of Man. In **Darwin**. Chicago; London...: Encyclopaedia Britannica, 1978. p. 253-600. (Great Books of the western world).

GARRET, Almeida. **Viagens na minha Terra**. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 1992.

LOCKE, John. **Dois Tratados sobre o Governo**. Trad. de Júlio Fischer. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

QUESNAY, François. **Tableau Économique des Physiocrates**. Paris: Calmann-Lévy, 1969.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas)

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2 vols.

TURGOT, Anne-Robert Jacques. **Écrits Économiques**. Paris, Calmann-Lévy, 1970.

VIEIRA, Pe. Antônio. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1952. vol. VI. (Colecção de Clássicos Sá da Costa)

WAKEFIELD, Edward Gibbon. **England and America**. Estados Unidos: Augustus M. Kelley Publishers, 1967.

